



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 49/X/3.ª

Aos quinze dias do mês de Julho do ano dois mil e oito reuniu, pelas nove horas e trinta minutos, na sala nove, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

09H30 – Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV) com FEPECI - Federação Portuguesa dos Profissionais de Educação, Ensino, Cultura e Investigação;

10H00 – Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV) com o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local;

10H30

1. Apreciação e votação da Acta n.º 46;
2. Apreciação do parecer referente à Proposta de Lei n.º 208/X (GOV), que autoriza o Governo a criar um regime jurídico relativo à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afectos ao transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros, procedendo à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2003/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Julho de 2003 – Relatora: Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS);
3. Nomeação de relator do PS para o Projecto de Lei n.º 550/X (BE), que altera o “Código do Trabalho” e a respectiva regulamentação repondo justiça social e laboral e para a Proposta de Lei n.º 216/X (GOV), que aprova a revisão do Código do Trabalho;
4. Apreciação do Relatório Final da Petição n.º 418/X/3.ª, na qual se solicita que a Proposta de Lei n.º 163/X seja alterada no sentido de que nenhuma situação de emprego seja deixada de fora do âmbito do novo diploma e que o regime para o ensino superior não seja mais gravoso do que se encontra definido para os ensinos básico e secundário, designadamente em termos de prazo de garantia e de contribuições - Relator: Deputado Fernando Antunes (PSD);
5. Apreciação de relatórios de audições realizadas no âmbito da Proposta de Lei n.º 197/X (GOV);



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6. Aprovação da proposta de orçamento da Comissão;
7. Início da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 197/X (GOV), que aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas e da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV), que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

14H00 – Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV) com FENEI - Federação Nacional do Ensino e Investigação;

14H30 – Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV) com STFPSA – Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores

15H00

Continuação da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 197/X (GOV), que aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas e da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV), que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vítor Ramalho (PS), iniciou a reunião saudando a delegação da FEPECI - Federação Portuguesa dos Profissionais de Educação, Ensino, Cultura e Investigação, que no âmbito da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV), foi ouvida em audição, que consta de relatório autónomo. De seguida e no mesmo âmbito, foi ouvida a delegação do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, cuja audição também consta de relatório autónomo.

Após a realização das duas audições, o Senhor Presidente submeteu a votação a acta número quarenta e seis, a qual foi aprovada por unanimidade.

No ponto dois da Ordem de Trabalhos, foi solicitado pela Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) o adiamento da apreciação do Parecer referente à Proposta de Lei n.º 208/X (GOV) para o dia seguinte. Não havendo objecções a esse adiamento, o Senhor Presidente solicitou que a apreciação constasse da Ordem de Trabalhos da próxima reunião.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para referir que indicaria posteriormente os Relatores para o Projecto de Lei n.º 550/X (BE) e para a Proposta de Lei n.º 216/X (GOV).

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) apresentou de forma sucinta o relatório final da Petição n.º 418/X/3ª, concluindo o respectivo parecer que "...a) Deve a presente petição, acompanhada do presente relatório e demais elementos instrutórios ser remetida ao PAR, para efeitos de apreciação pelo Plenário da Assembleia da República, nos termos legais aplicáveis; b) Deve ser dado conhecimento aos peticionários do presente relatório e das providências adoptadas.". O relatório final foi aprovado por unanimidade.

No ponto cinco da Ordem de Trabalhos foram apreciados os relatórios das audições realizadas no âmbito da Proposta de Lei n.º 197/X (GOV), da União Geral de Trabalhadores (UGT) e Frente Sindical da Administração Pública (FESAP); do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE); e da CGTP-IN e Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente apresentou a proposta de orçamento da Comissão para a 4ª Sessão Legislativa, que será remetida ao senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos regimentais, e que foi elaborada de acordo com o Plano de Actividades já aprovado por esta Comissão.

Antes de prosseguir com a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente informou os Senhores Deputados que distribuiu aos jornalistas presentes a documentação relativa às duas propostas de lei e às propostas de alteração para que possam acompanhar a discussão e votação na especialidade. De seguida, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) solicitou a palavra para questionar a mesa sobre a apreciação do Requerimento apresentado pelo PCP, e distribuído na última reunião, sobre o prazo de discussão pública da Proposta de Revisão do Código do Trabalho. O Senhor Presidente, não havendo nada a opor, remeteu essa apreciação para depois da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 197/X (GOV).

O Senhor Presidente retomou então a Ordem de Trabalhos e promoveu, nos termos regimentais, a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 197/X (GOV),



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

que aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, que foi integralmente gravada em suporte áudio e consta de relatório autónomo.

Antes da interrupção para almoço, o Senhor Presidente colocou à consideração dos presentes o Requerimento apresentado pelo PCP, no qual se propõe que o prazo para discussão pública da Proposta de Lei, que aprova a revisão do Código do Trabalho, seja alargado até dia 30 de Setembro. Para apresentação do referido requerimento e dos seus fundamentos deu a palavra ao senhor Deputado Jorge Machado (PCP).

Após esta intervenção solicitou a palavra o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) para demonstrar a sua concordância com o alargamento do prazo de discussão pública, quer seja o proposto pelo PCP ou outro que seja consensualizado pela Comissão. De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), que também concordou com o alargamento do prazo de discussão pública, aproveitando para lembrar que para além da proposta de lei do Governo e dos projectos de lei do PCP e BE relativos à revisão do Código do Trabalho, o CDS-PP entregou já um conjunto de propostas de alteração que também deveriam ser colocadas em discussão pública, se já não o tenham sido. O Senhor Deputado Jorge Strecht (PS) pediu então a palavra para referir que esta proposta de lei já foi muito debatida e o seu conteúdo é largamente conhecido, no entanto, o PS não se opõe a uma prorrogação do prazo para discussão pública tendo em atenção o período estival, pelo que propõe que o prazo seja alargado até dia 10 de Setembro.

O Senhor Presidente fez então o ponto de situação, referindo que assim existem duas propostas de prorrogação do prazo de discussão pública: a do PCP até dia 30 de Setembro e a do PS até dia 10 de Setembro. A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) solicitou a palavra para referir que o BE concorda com a prorrogação do prazo proposta no requerimento apresentado pelo PCP. Antes de proceder à votação das duas propostas, os Senhores Deputado Jorge Machado (PCP) e Jorge Strecht (PS) solicitaram de novo a palavra para reforçarem os argumentos anteriormente apresentados.

O Senhor Presidente colocou então a votação o requerimento do PCP, que propõe o alargamento da discussão pública até dia 30 de Setembro, o qual foi rejeitado com os votos contra do PS e a favor dos restantes partidos. De seguida, votou-se a proposta de alargamento da discussão pública até dia 10 de Setembro, apresentada pelo PS, a qual foi



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

aprovada com os votos favoráveis do PS e PSD; votos contra do BE e abstenção do CDS-PP e PCP.

A reunião foi então suspensa para almoço, tendo sido retomada às catorze horas e trinta minutos com a realização de duas audições no âmbito da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV). Na primeira foi ouvida a Federação Nacional do Ensino e Investigação, enquanto na segunda a Comissão recebeu a delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, constando ambas de relatório autónomo.

Após as audições prosseguiu-se com a Ordem de Trabalhos e deu-se continuidade, nos termos regimentais, à discussão e votação na especialidade, da Proposta de Lei n.º 197/X (GOV), que aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, que foi integralmente gravada em suporte áudio e consta de relatório autónomo.

Concluída a discussão e votação na especialidade do referido diploma, iniciou-se a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV), que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a qual foi, à semelhança da anterior, integralmente gravada em suporte áudio e consta de relatório autónomo.

Após uma breve interrupção para jantar entre as dezanove horas e trinta minutos e as vinte e uma horas e trinta minutos, a reunião prosseguiu, tendo sido encerrada às duas horas e trinta minutos do dia seguinte, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de Setembro de 2008.

O PRESIDENTE,

Vítor Ramalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Francisco Lopes
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Vitor Ramalho
António Gameiro
João Bernardo
Jorge Machado
Maria Helena Rodrigues
Odete João
Sónia Fertuzinhos
Teresa Moraes Sarmiento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Luís Rodrigues